

Revista Vernáculo, n. 17 e 18, 2006

## FONTES: SIGILOS E QUESTÕES ÉTICA

Erike Feitosa\*

**RESUMO:** Para obter informações de interesse público e cumprir sua função social, os jornalistas recorrem a fontes de diversas naturezas. Em muitos casos, eles se vêem na obrigação de cultivá-las, para que elas não percam a confiança nos profissionais e facilitem seu trabalho. Porém, do contato direto entre jornalistas e fontes, surgem vários problemas éticos, assunto que será abordado neste artigo, que também irá apresentar uma rápida definição de alguns conceitos relacionados ao tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** fontes, fontismo, sigilo das fontes, ética jornalística.

Como é de conhecimento de todos, a função social do jornalista é ser um canal de informação, por intermédio dos meios de comunicação, entre a sociedade e as instâncias das quais ela não tem acesso – por falta de tempo, paciência ou motivação de buscar o conhecimento dos assuntos que lhe são importantes. Como afirma o art. 7º do Código de Ética da profissão, “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação”.<sup>1</sup>

Nesse sentido, os jornalistas facilitam a vida de milhões de pessoas, que acabam, por comodidade e involuntariamente, delegando a eles a função de serem “vigias” ou “cães de guarda da sociedade”. São os jornalistas, por exemplo, que divulgam informações que poderiam beneficiar pequenos grupos detentores do capital ou do poder político que, se não publicadas, prejudicariam, de inúmeras

---

\* Erike Feitosa é estudante do 6º período do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>1</sup> Aprovado em setembro de 1985, no Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais, na cidade do Rio de Janeiro. O Código de Ética do Jornalista “fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre jornalistas” (p. 1).

maneiras, a sociedade. São eles os profissionais que se especializam em cavar informações de interesse público. Por isso, acabam conhecendo como ninguém os meandros do poder e da sociedade.

Os jornalistas são os profissionais da observação, premissa fundamental para a obtenção de boas histórias. Os mais experientes costumam dizer que “um bom jornalista é um bom observador”. De fato, uma visão crítica aguçada ajuda – e muito – o repórter no processo de descobrimento das informações. Mas ela, por si só, na maioria dos casos, não é capaz de render uma boa matéria. É preciso saber onde buscar as informações. Saber quem pode confirmar ou refutar determinada suspeita. Saber quem pode ajudar na corrida diária em busca da notícia. É aí que entra em cena uma das figuras mais conhecidas do jornalismo: a fonte.

Ao ouvir o termo, é comum pensarmos numa pessoa bem informada sobre determinado assunto. Vem à tona a imagem de um político “simpático” que tem um bom relacionamento com a imprensa, que sabe das coisas que acontecem nos bastidores do poder. Ou a figura do *expert*, do especialista sobre Medicina, Direito, ou qualquer outro assunto que geralmente rende páginas e páginas de notícias. Fonte é isso, também, mas não somente.

De acordo com Nilson Lage<sup>2</sup>, as fontes jornalísticas podem ser pessoais, institucionais ou documentais. Tomando como parâmetro o quesito confiabilidade, ele as classifica em: (a) oficiais, oficiosas e independentes; (b) primárias e secundárias e (c) testemunhos e experts.

O autor explica que fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado (como as juntas comerciais e os cartórios de ofício) e por empresas e organizações, como sindicatos, associações e fundações. As fontes

---

<sup>2</sup> No artigo *Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria*. Disponível em

[http://www2.lael.pucsp.br/~tony/cursos/cev/bibl/lage\\_nd\\_reporter\\_fontes.doc](http://www2.lael.pucsp.br/~tony/cursos/cev/bibl/lage_nd_reporter_fontes.doc).

Acessado em 12 jan. 2007. O autor é professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

oficiosas são aquelas que estão diretamente ligadas a uma entidade ou indivíduo em questão, porém, não podem falar oficialmente. Ou seja, o que for dito por esse tipo de fonte pode ser desmentido. Já as independentes são, como o próprio nome indica, desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico no assunto em questão. De acordo com Lage,

Fontes oficiais, como comprovam autores de todas as épocas, falseiam a realidade. Mentem para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder. Mentem menos se os funcionários são mais estáveis e, portanto, conseguem sustentar sua integridade como estatísticos ou analistas. Mentem menos em sistemas totalitários do que democráticos; mentem muito, provaram Chosmky e Hernam, nos Estados Unidos, quando estão em jogo os interesses imperiais do País.

Comumente - e isso não é considerado aéctico -, sonegam informações de que efetivamente dispõem (os segredos de Estado, os dados confidenciais ou reservados, categoria que costuma expandir-se além do justificável), destacam aspectos da realidade que convêm às instituições (preferindo, por exemplo, números relativos a absolutos, ou o contrário), alegam dificuldades inexistentes para desestimular quem procura informar-se. Funcionários mentem também por desleixo e preguiça, por vaidade (para fingir que são bem informados) e para se livrar do repórter chato (p. 11).

As fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria. Elas fornecem fatos, versões e números. Já as secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais. Sobre a terceira classificação descrita, os testemunhos e *experts*, o autor escreve:

O testemunho é normalmente colorido pela emotividade e modificado pela perspectiva: pode-se testemunhar uma guerra sem presenciar uma batalha, assistindo a um pedaço de uma (difícilmente se terá acesso ao todo), ou vendo várias; do lado do vencedor ou do vencido; identificando-se com as vítimas ou com os agressores. Haverá diferenças cruciais entre o relato de conflitos na Palestina feitos por um judeu ortodoxo e por um militante muçulmano, por mais honestos que ambos sejam.

De modo geral, o testemunho mais confiável é o mais imediato. Ele se apóia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa; para guardar fatos na memória de longo prazo, a mente os reescreve como narrativa ou exposição, ganhando em consistência o que perde em exatidão factual. Advogados costumam atuar nessa fase: buscando a versão que mais convém a seus clientes, os induzem a omitir certos aspectos da realidade e a ressaltar ou imaginar outros. [...]

Experts são geralmente fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos. Um cuidado preliminar é o de formular, pelo menos no início, perguntas pertinentes: nada incomoda mais um especialista do que questões disparatadas. No entanto, é preciso não abandonar um tema sem que se tenha entendido a explicação; afinal, é difícil escrever sobre algo de que não se tem um modelo mental consistente. Alguns experts têm treinamento em didatizar assuntos. É o caso de professores que trabalham com turmas iniciais de graduação, ou de médicos clínicos, acostumados a lidar com pacientes com diferentes formações. No entanto, costumam costurar os fatos em suas próprias convicções, transformando a informação sobre a morte de um personagem em um discurso contra o fumo ou a pergunta sobre fibras óticas numa apaixonada defesa do ensino de ciências no segundo grau (p. 14).

A classificação do Manual de Redação da Folha de São Paulo, por sua vez, distingue quatro tipos de fontes:

1) Fonte tipo zero - Escrita e com tradição de exatidão, ou gravada sem deixar margem de dúvida: enciclopédias renomadas, documentos emitidos por instituição com credibilidade, videoteipes. Em geral, a fonte de tipo zero prescinde de cruzamento. Para não repetir erros já publicados, evite ter um periódico do tipo jornal ou revista como única fonte para uma informação.

2) Fonte tipo um - É a mais confiável nos casos em que a fonte é uma pessoa. A fonte de tipo um tem histórico de confiabilidade - as informações que passa sempre se mostram corretas. Fala com conhecimento de causa, está muito próxima do fato que relata e não tem interesses imediatos na sua divulgação. Embora o cruzamento de informação seja sempre recomendável, a Folha admite que informações vindas de uma fonte tipo um sejam publicadas sem checagem com outra fonte.

3) Fonte tipo dois - Tem todos os atributos da fonte tipo um, menos o histórico da confiabilidade. Toda informação de fonte dois deve ser cruzada com pelo menos mais uma fonte (do tipo um ou do tipo dois) antes de publicada.

4) Fonte tipo três - A de menor confiabilidade. É bem informada, mas tem interesses (políticos, econômicos etc.) que tornam suas informações nitidamente menos confiáveis. Na Folha, há dois caminhos para a informação de fonte tipo três: funcionar como simples ponto de partida para o trabalho jornalístico ou, na impossibilidade de cruzamento com outras fontes, ser publicada em coluna de bastidores, com a indicação explícita de que ainda se trata de rumor, informação não confirmada.<sup>3</sup>

O jornal, entretanto, deixa a critério do jornalista a decisão de utilizar ou não as informações de determinada fonte, alertando os riscos de informações obtidas pela internet:

[...] Hierarquizar as fontes de informação é fundamental na atividade jornalística. Cabe ao profissional, apoiado em critérios de bom senso, determinar o grau de confiabilidade de suas fontes e o uso a fazer das informações que lhe passam. Esse bom senso também deve ser aplicado em relação à internet: há sites de grande confiabilidade, como o do IBGE, e outros cujas informações exigem cruzamento com uma ou mais fontes.<sup>4</sup>

A importância das fontes de informação torna-se ainda mais evidente quando se coloca em questão o caráter “novidade” das histórias contadas pelos jornalistas. O “furo” é, e nem poderia deixar de ser, a meta diária desses profissionais. Por isso, para se manter sempre bem informados, e, portanto, aumentar a probabilidade de ter conhecimento de assuntos de interesse público “antes de todo mundo”, eles se vêem na obrigação de cultivar suas fontes. Não existe uma receita pronta para isso. Cada profissional tem seus métodos e cada fonte, obviamente, exige um tratamento diferenciado.

Para ajudar no relacionamento entre jornalistas e fontes, o experiente jornalista Geraldo Sobreira escreveu um manual, que fornece dicas de como “lidar com os jornalistas”. Sobreira afirma que “na relação entre o jornalista e a fonte – o profissional da política, dos negócios, da propaganda, da Justiça, da polícia, etc – os repórteres sabem que não se ganha informação de graça: a divulgação de uma

---

<sup>3</sup> *Manual de redação: Folha de São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2005. p. 37-8.

<sup>4</sup> *Manual de redação: Folha de São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2005. p. 37.

notícia sempre tem um objetivo, que contraria uns e favorece outros”. E mais: “em toda instituição, quem tem poder tem informação”.<sup>5</sup>

A jornalista Eliane Catanhede, no mesmo livro, define o que considera uma boa fonte de notícias na área oficial:

A fonte de verdade é uma pessoa bem informada. É quem tem informação, sabe para onde as coisas estão indo e cria fatos. Essas são as melhores fontes. Ela participa do poder, é bem informada sobre o poder e os partidos. E sabe passar isso de forma clara e isenta para os repórteres certos, na hora certa. Mas há também o homem do poder que é o contrário, que é uma má fonte. É o político, o homem de poder que tem medo da imprensa. Não dá informação, não recebe, não sabe nada de imprensa e acha que tudo é sigilo. Outro tipo é aquele que não desgruda, persegue o repórter, quer almoçar com ele toda semana, quer aparecer a qualquer custo sem criar fatos que justifiquem.<sup>6</sup>

Mas do contato direto entre jornalistas e pessoas “bem informadas” surgem vários problemas éticos. O mais comum deles é o Fontismo, caracterizado por Gilberto Dimenstein como “o relacionamento promíscuo entre o repórter e a fonte”.<sup>7</sup> A prática é mais facilmente percebida em ambientes políticos. Brasília, capital federal, é, sem dúvida, o local onde mais acontecem casos de trocas de favores entre jornalistas e fontes.

A principal causa apontada para a existência do fontismo – além da má fé dos envolvidos – são as declarações em off<sup>8</sup>, utilizadas quando a fonte, teoricamente, não quer ou não pode ser identificada. Entretanto, é comum que fontes utilizem a técnica para defender interesses pessoais ou partidários, ou ainda, simplesmente, testar a opinião pública. Em outras palavras: em muitos casos, a imprensa, famosa por “distorcer a informação”, é manipulada pelas fontes.

---

<sup>5</sup> SOBREIRA, Geraldo. *Manual da fonte – como lidar com os jornalistas*. São Paulo: Geração Editorial, 1993. p. 20

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>7</sup> DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. *A Aventura da Reportagem*. São Paulo: Summus Editorial, 1990. p. 22.

<sup>8</sup> A expressão original, em inglês, é *off the record*.

Dimenstein conta uma história que exemplifica muito bem esse paradoxo:

Experiente jornalista, o deputado federal pelo PDS, Amaral Netto, notabilizou-se durante o regime militar pelo convívio com oficiais das Forças Armadas – era visto como porta-voz informal. Nos dias de tédio, ele fazia uma curiosa brincadeira no Congresso. De manhã, na agitada sala do cafezinho, contava a algum parlamentar, pedindo sigilo absoluto, uma notícia “secreta”. E falava com riqueza de detalhes, dava nomes e diálogos. No final da tarde, ele voltava à mesma sala do cafezinho e, invariavelmente, ficava satisfeito.

A “informação” que ele transmitira de manhã ganhava vida própria, enriquecida de diálogos, personagens, análises. Era normal alguém, pedindo sigilo, relatar-lhe com ares de verdade inapelável o boato inventado horas antes, agora amplificado com outros “fatos”. “Nunca falhou”, lembra o deputado, discípulo e depois rival do falecido jornalista Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara e um dos mais ruidosos líderes que o Brasil já conheceu. Amaral Netto constata que não eram ludibriados apenas parlamentares, mas jornalistas. Ele lia nos jornais “notícias” baseadas em “assessores” ou “fontes bem informadas”, nascidas de sua brincadeira.<sup>9</sup>

Como alerta Dimenstein, todas as esferas da administração pública no Brasil são contaminadas por boatos. E essa contaminação extrapola os limites físicos onde o poder é exercido para chegar aos cidadãos por meio do noticiário. Frequentemente, informações são plantadas na agenda do dia pelas tais “fontes bem informadas”. Quem perde com isso é o leitor, que não recebe notícias em sua essência, mas declarações de intenção de determinada pessoa ou grupo político travestidas de notícia.

“Para quem essa informação seria importante?”; “a quem isso prejudicaria?” e “por que essa notícia está aqui?” são algumas das indagações que devem ser feitas pelo consumidor de produtos noticiosos ao tomar contato com alguma matéria obscura. Essa postura deve ser adotada, principalmente, por quem busca as notícias em sua origem. O repórter deve sempre estar atento aos interesses de

---

<sup>9</sup> DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. *Op. cit.* p. 17.

suas fontes, para não favorecer o estabelecimento de balões de ensaio<sup>10</sup> como o do deputado Amaral Netto.

Se pudéssemos estabelecer uma escala de gravidade, esse caso não seria catalogado como o mais assustador de todos, apesar de ter sido notoriamente negativo para a credibilidade da imprensa brasileira. Porém, a brincadeira de Amaral Netto comprova que os políticos usam, e muito, os jornalistas para fazer testes escusos. Então, quando vemos nos jornais assuntos como “especula-se nos bastidores do governo que fulano é o mais cotado para assumir a pasta do ministério”; “fontes bem informadas indicam que tal postura deve ser adotada”; “assessores ligados ao Palácio do Planalto garantem que o presidente vai fazer tal coisa”; é bom ligar o sinal de alerta e sempre desconfiar das informações ali contidas.

Muitos desses balões de ensaio não são apenas brincadeiras de mau gosto. São ações para beneficiar alguém ou algum grupo. E, quem sabe, até mesmo quem escreveu ou publicou a matéria. De acordo com Dimenstein,

O jornalismo independente e, portanto, com credibilidade, significa atritos com o poder – logo, com as fontes. Atritos implicam boicote. Os repórteres não recebem sequer as informações mais ingênuas, como a data e o local onde o ministro vai se reunir com empresários ou parlamentares. Mas os editores exigem de seus comandados boas notícias. É preciso, então, um malabarismo para que não se fique tão distante das fontes a ponto de perder a informação – e nem tão próximo que signifique deixar de publicá-la.

A busca desse equilíbrio exige a procura de novos e variados canais de obtenção de dados, único mecanismo para não cair nas armadilhas. O esforço compensa: o jornalismo e os jornalistas servis ganham o curto prazo, dão aqui e ali um furo sem maior importância, mas, a médio prazo, sofrem desgaste em sua credibilidade. E por um simples motivo: os governantes passam, voltam para casa, mas o jornalista e o leitor ficam.

---

<sup>10</sup> Os balões de ensaio se caracterizam pela intenção de fazer uma projeção de como seria o cenário político ou econômico, por exemplo, se determinada postura ou nome para assumir um cargo público de destaque fossem assumidos.



Quem quiser ser jornalista e ambicionar agrados ao poder e, ao mesmo tempo, o respeito profissional, é bom ir logo procurando outra atividade.<sup>11</sup>

Os manuais de redação dos grandes veículos de comunicação, além de determinar como o produto jornalístico deve ser confeccionado em seus mínimos detalhes, oferecem aos profissionais alguns conselhos para escapar de armadilhas impostas por más fontes. O jornal Estado de São Paulo, por exemplo, adverte seus jornalistas:

44 - Sempre que possível, mencione no texto a fonte da informação. Ela poderá ser omitida se gozar de absoluta confiança do repórter e, por alguma razão, convier que não apareça no noticiário. Recomenda-se, no entanto, que o leitor tenha alguma idéia da procedência da informação, com indicações como: Fontes do Palácio do Planalto... / Fontes do Congresso.../ Pelo menos dois ministros garantiram ontem que..., etc.<sup>12</sup>

Em outro trecho:

36 - Nas versões conflitantes, divergentes ou não confirmadas, mencione quais as fontes responsáveis pelas informações ou pelo menos os setores dos quais elas partem (no caso de os informantes não poderem ter os nomes revelados). Toda cautela é pouca e o máximo cuidado nesse sentido evitará que o jornal tenha de fazer desmentidos desagradáveis.<sup>13</sup>

Mais adiante, fica explícita a precaução do veículo para que informações comprometedoras obtidas por meio do off não sejam divulgadas. A responsabilidade das denúncias, nesse caso, recai sobre o jornal:

2 — O Estado não publica insultos ou acusações de irregularidades, crimes e corrupção em off (sem que o denunciante tenha o nome revelado), como, por exemplo: Segundo fontes do Planalto, o ministro demitido pelo governo recebia comissões de empreiteiras. / Corre na cidade que fulano já mandou matar mais de dez adversários políticos. / Consta que o deputado João da

---

<sup>11</sup> DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. *Op. Cit.* p. 22.

<sup>12</sup> MARTINS, Eduardo. *Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997. p. 19.

<sup>13</sup> MARTINS, Eduardo. *Op. cit.* p. 19.

Silva não honra os compromissos assumidos. Lembre-se: a responsabilidade por acusações graves como essas (mas totalmente vagas) passa toda para o jornal.

3 — Isso não significa que você não possa divulgar acusações sem atribuí-las a uma fonte. Se o seu informante é da mais absoluta confiança ou se você tem documentos que fundamentem a denúncia, deve publicá-la. É direito do editor ou da Direção da Redação, porém, conhecer a origem das informações para decidir sobre a conveniência ou não da publicação, uma vez que, também neste caso, a responsabilidade final cabe sempre ao Estado.<sup>14</sup>

O manual de redação do jornal norte-americano The New York Times, um dos mais importantes do mundo, é mais cauteloso. Aconselha os jornalistas a usarem esse tipo de fonte apenas em ocasiões especiais, deixando em suas mãos a responsabilidade de avaliar se a matéria em questão necessita das declarações off para se sustentar:

A melhor fonte de notícias - melhor para o jornal e melhor para seus leitores - é a fonte identificada por seu nome. Mas também é verdade que um jornal, para dar aos leitores informação que lhes seja vital, pode ser obrigado por vezes a obtê-la de fontes que não se encontrem em condição de identificar-se.

A decisão de permitir anonimato da fonte deve ser justificada antes de mais nada pela convicção do repórter e do editor não só de que não há outra maneira de obter a informação, mas também de que ela é tanto factual quanto importante.<sup>15</sup>

O Manual da Folha descreve três tipos de off com os quais o veículo trabalha usualmente:

"Off" simples - Obtido pelo jornalista e não cruzado com outras fontes independentes. Se tiver relevância jornalística, pode ser publicado em coluna de bastidores, com indicação explícita de que se trata de informação ainda não confirmada. Eventualmente, um "off" simples de fonte muito confiável pode ser publicado como notícia sem cruzamento.

---

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>15</sup> Manual of Style and Usage: The New York Times. New York: Quadrangle/New York Times Book Co. 1976. p. 191.

"Off" checado - Informação "off" cruzada com o outro lado ou com pelo menos duas outras fontes independentes. Em texto noticioso, o "off" checado deve aparecer sob a forma "A Folha apurou que...", a ser usada com comedimento. Admite-se que o texto indique a origem aproximada da informação: "A Folha apurou com médicos do manicômio Santa Izildinha que o ministro está internado para tratamento de psicose maniaco-depressiva".

"Off" total - Informação que, a pedido da fonte, não deve ser publicada de modo algum, mesmo que se mantenha o anonimato de quem fornece a informação. O "off" total serve só para nortear o trabalho jornalístico. Exemplo: um assessor da prefeitura diz, em "off" total, que um novo sistema de multas de trânsito será implantado na cidade e já está em estudos na Secretaria de Transportes. O jornalista não publica a informação, mas começa a investigar, na secretaria, o teor das mudanças.

Sempre que solicitados, repórteres devem comunicar a origem de informações "off de record" aos seus superiores hierárquicos. Estes, conhecendo a identidade das fontes que são mantidas no anonimato, devem cuidar da manutenção do sigilo.<sup>16</sup>

Porém, como se observa pelos trechos dos manuais analisados, por mais que se tome cuidado com a publicação de informações off, esse tipo de declaração continua sendo perigosa, pois dá margem aos problemas éticos já apontados anteriormente. O próprio Manual da Folha, por exemplo, antes de iniciar a descrição dos três tipos de off, dá carta branca para que seus profissionais usem o recurso, ao constatar que “No Brasil, a maioria das informações ‘off the record’ é publicada”<sup>17</sup>. A frase soa como uma desculpa: “já que todos fazem, podemos fazer também”.

Na verdade, como muitos teóricos lembram, inclusive Dimenstein, o off deveria servir apenas como fator norteador para o repórter obter mais informações relevantes ao interesse público. Em outras palavras: antes de virar notícia, esse tipo de informação deveria ser apenas uma pista que aponta para onde o repórter deve concentrar suas investigações para confirmar ou não suas suspeitas iniciais.

---

<sup>16</sup> *Manual de redação: Folha de São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2005. p. 46.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

Entretanto, a postura de muitos profissionais acabou transformando o recurso numa ferramenta de trabalho diário, usual, banalizada.

O jornalista Rodrigo César Rebello Pinho, na função de *ombudsman*<sup>18</sup> da Folha de São Paulo, critica ferozmente o uso indiscriminado do sigilo das fontes pela imprensa brasileira:

Jornais e revistas pululam de informações em "off" (sem identificação de fonte), inclusive a Folha. Dê-se por satisfeito o leitor se a publicação der alguma dica sobre isso, como a frase "a Folha apurou".

A expressão tem origem na locução inglesa "off the record" (fora dos registros). Ou seja, uma informação que não deixa marca (gravação, taquigrafia etc.). Portanto, não "existe". O recurso é legítimo, se usado com parcimônia e só para obter informação realmente importante. No Brasil, é uma festa. Muitos políticos e empresários só falam em "off", resguardando-se covardemente no anonimato. A maioria dos jornalistas, em particular nas áreas de política e economia, acha ótimo. Por uma dessas deformações típicas do subdesenvolvimento, obter informações dessa forma espúria tornou-se indicador de prestígio profissional.

Aceitar o sigilo da fonte - ou, muito pior, oferecê-lo - é traficar com um direito fundamental do público. A identificação da origem é parte constituinte da informação. Por uma razão muito simples: para quase toda informação, sempre há alguém interessado em ocultá-la ou em divulgá-la. O nome, ou uma pista que seja sobre a fonte, permitirá avaliar quais motivações estão por trás dela.

Um exemplo desta semana: a reportagem "Governo vê falta de empenho de ministro", na pág. 1-6 da Folha de quinta-feira. É uma das peças mais inconsistentes e nebulosas que o jornal publicou nos últimos tempos. A suposta notícia: "O governo avalia que o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, não está se empenhando na defesa da proposta de reforma da Previdência Social que acaba com a aposentadoria especial para os professores."

---

<sup>18</sup> De acordo com a própria Folha de São Paulo, "'Ombudsman' é uma palavra sueca que significa representante do cidadão. Designa, nos países escandinavos, o ouvidor-geral, função pública criada para canalizar problemas e reclamações da população. Na imprensa, o termo é utilizado para designar o representante dos leitores dentro de um jornal". O Ombudsman da Folha é sempre um funcionário do jornal. Seu mandato é de um ano de duração, mas pode ser estendido a até três anos, e o profissional não pode sofrer demissão.

Um lide (parágrafo de abertura) com tanta densidade noticiosa quanto um comunicado oficial de Saddam Hussein ou Fidel Castro, logo se vê. Supõe-se que "o governo" seja o presidente Fernando Henrique Cardoso, ou alguém falando (supostamente) em seu nome. Mas quem?

Como, quando e onde são outras perguntas que esse pseudolide não se deu ao trabalho de responder. Quanto ao por quê, Deus sabe (no final do texto vem a menção a um aborrecimento do ministro com o jornal, mas prefiro descartar a possibilidade infame de que se trate de uma retaliação). No segundo parágrafo vinha a senha da informação em "off": "A Folha apurou que, na avaliação do governo, o ministro poderia ter evitado o aumento nos pedidos de aposentadoria de professores das universidades federais".

E dizem que o governo tem problemas de comunicação. Pelo visto, não com a Folha, que se dispõe a mandar recados como esse (deixo de lado outra hipótese, a de que o autor do recado não tenha sido o Planalto, porque neste caso a expressão "o governo" seria simplesmente uma fraude). É difícil falar em notícia, no caso. Nada há de material, nessa suposta crítica. Jamais poderia ter sido ocultado sob o biombo do "off".<sup>19</sup>

Por mais perigoso que seja, e por mais que haja um certo consenso – pelo menos dos que estão do lado dos consumidores de produtos noticiosos, como Rodrigo Pinho – com relação à ameaça que o sigilo das fontes mal empregado representa aos direitos de os cidadãos terem acesso a informações de seu interesse, no Brasil o off é garantido tanto pela Constituição Federal quanto pelo Código de Ética dos jornalistas. Este, em seu Art. 8º, esclarece: “Sempre que considerar correta e necessária, o jornalista resguardará a origem e identidade das suas fontes de informação”. O texto da Constituição, no art. 5º, parágrafo XIV, legitima a prática: “É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Mas e quando o jornalista não respeita esse código? Quando ele garante à sua fonte que não publicará o nome dela, em troca de informações importantes, e depois acaba fazendo isso? Aí temos uma

---

<sup>19</sup> PINHO, Rodrigo César Rebello. Monopólios e informação. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 16 abr. 1995. Disponível em <[www.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/](http://www.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/)> Consultado em 16 jul. 2006.

grave crise ética que abala profundamente a credibilidade do jornalista e pode lhe causar sérios problemas.

O livro “Abusado”, do jornalista Caco Barcellos, relata uma situação que rende um ótimo exemplo das conseqüências que um mau uso desse recurso pode acarretar. O livro conta a história de “Juliano VP” (nome pelo qual Marcinho VP era chamado no livro), um traficante carioca da terceira geração do Comando Vermelho que se tornou o “dono” – traficante que gerencia e fica com a maior parte dos lucros da venda de drogas e de outros crimes praticados pela quadrilha que comanda – do Morro Santa Marta, favela que fica no Bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. Apesar de ser o homem mais importante do morro na metade da década de 1990, e, portanto, um dos principais traficantes cariocas da época, ele ainda não era conhecido pela sociedade. Quando o cantor norte-americano Michael Jackson decidiu gravar o vídeo clipe “They don’t care about us” (“Eles não ligam para nós”), no dia 11 de fevereiro de 1996, o traficante tornou-se o inimigo número um de toda a sociedade carioca, por conta de uma entrevista que ele concedeu aos jornalistas Marcelo Moreira (Jornal do Brasil), Silvio Barsetti (Jornal O Dia) e Nelito Fernandes (Jornal O Globo).

Na época, o episódio da visita do astro norte-americano a uma favela brasileira causou polêmica em todos os setores da sociedade. Spike Lee, o diretor do videoclipe, teria pedido permissão aos “verdadeiros donos do morro” para gravar na favela. “Se ele fez isso foi otário. Basta pedir que a gente garante segurança de graça em qualquer lugar da cidade”, afirmou o então secretário de segurança Hélio Luz aos jornalistas. Preocupados com a repercussão negativa que o episódio poderia causar à imagem do país no exterior, o então secretário estadual de Comércio e Turismo, Ronaldo César Coelho, e o ministro dos Esportes, Édson Arantes do Nascimento, o Pelé, quase cancelaram o evento, alegando que a exposição da favela poderia causar danos à imagem da cidade. Mas depois voltaram atrás.

No dia anterior à gravação, outra notícia irritou ainda mais os governantes cariocas. Segundo os principais jornais da cidade, Spike

Lee teria realmente pago uma quantia não revelada ao tráfico para ter sua segurança garantida na favela.

Para completar a polêmica, a entrevista concedida por Marcinho VP aos três jornalistas durante os preparativos para a gravação foi publicada no dia da visita de Michael Jackson. A presença de jornalistas estava proibida pela equipe de gravação, interessada em cenas do cotidiano da comunidade, e pelos donos do Morro. Mesmo assim, os jornalistas com seus respectivos fotógrafos conseguiram se infiltrar na favela. Quando foram descobertos e estavam sendo expulsos do Morro, encontraram Marcinho VP e travaram uma longa negociação para conseguir convencê-lo a dar uma entrevista, mediante a promessa de não divulgarem seu nome. Talvez o traficante não soubesse que o trato que fez com os jornalistas tinha um nome específico e estava assegurado na lei. O texto de Barcellos deixa explícito que o traficante não queria ser identificado:

Juliano pediu um tempo para pensar, deixou os repórteres com um grupo de homens armados e sumiu por um beco escuro. Às duas horas da madrugada, mandou chamá-los para uma nova conversa sobre a laje de um barraco. Usava uma pistola automática na cintura, um celular na mão e tinha em sua retaguarda um grupo armado que observava os movimentos em volta.

– Eu gostaria de dá essa entrevista, mas o problema é que posso sê preso depois – disse Juliano.

Diante da insistência dos repórteres, ele começou a propor uma forma de viabilizar a entrevista.

– Vocês vão dizê então que entrevistaram um traficante da zona sul. Não pode identificá o morro, nem meu nome – exigiu Juliano.

– Assim não dá. Assim a matéria não emplaca no jornal – retrucou Nelito Fernandes.

O acordo final previa um depoimento sem autocensura de Juliano, com a promessa de os repórteres escreverem que a entrevista foi feita na Santa Marta, mas sem identificar o nome dele nem dizer que ele era o dono da boca. Todos apertaram as mãos para selar o compromisso.

– Palavra de honra? – perguntou Juliano.

– Palavra de honra! – responderam os três repórteres.<sup>20</sup>

Confiando na integridade dos jornalistas, o traficante falou sobre temas polêmicos, como a violência imposta pela polícia aos moradores do morro e o tráfico de drogas como alternativa econômica para os seus “guerreiros”. O governo ficou furioso com o bandido e no mesmo dia começou uma grande caçada contra o mais novo inimigo da sociedade carioca. Dez dias depois, ele foi preso, para a alegria da polícia, do governo e da opinião pública. A tristeza foi reservada aos envolvidos com o tráfico de drogas, cujo faturamento foi reduzido a zero nesses dias, e aos moradores comuns da favela, que sofreram na pele a dura repressão imposta pelos policiais – que, antes do episódio, eram comprados diariamente com o dinheiro do tráfico.

Além de publicar o nome e a foto de Marcinho VP estampado na capa, os três jornais ainda apresentaram versões diferentes, que alteravam completamente o significado do que foi dito por ele, para algumas respostas polêmicas:

O jornal O Dia transformou em título da entrevista uma frase que Juliano não disse: “O TRÁFICO ESTÁ PRONTO PARA A GUERRA”.

A manchete de o Globo foi “TRAFICANTE COMANDA A SEGURANÇA E DESAFIA A POLÍCIA”. Omitiu que o acordo havia sido rompido e destacou a ameaça de Juliano aos repórteres: “Se colocarem meu nome nas reportagens, compro o endereço de vocês e mando buscar”.

O Jornal do Brasil escreveu abaixo do título “O DONO DO DONA MARTA” “que o líder do tráfico na favela saúda Michael Jackson, protesta contra a desigualdade social e revela ser um assassino frio e vaidoso”, palavras que Juliano não disse.<sup>21</sup>

Em outro trecho, Barcellos conta como o traficante reagiu ao ler nos jornais o trabalho dos repórteres e como estes justificaram as “inverdades” cometidas:

---

<sup>20</sup> BARCELLOS, Caco. *Abusado: O dono do Morro Dona Marta*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 342.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 349.



Alguns trechos da entrevista, reproduzidos com inverdades, revoltaram Juliano. De todos, o mais grave era a suposta resposta que ele deu quando perguntaram se ele tinha algum vício.

- Eu respondi: não bebo, não fumo, não cheiro. Eu só fumo o mato certo. E olha o que esses putos escreveram aqui, caralho! Tô fudido!

A diferença na reprodução das palavras de Juliano para a questão mais grave – a suposta confissão de ser um assassino frio – foi explicada cinco anos mais tarde pelos três repórteres.

A declaração de Juliano já teria gerado dúvidas na própria madrugada de sábado. Como eles não usaram o gravador, os três se reuniram depois da entrevista para checar todas as respostas, justamente para evitar a divulgação de conteúdos diferentes em cada jornal.

Sobre a questão mais delicada, não houve consenso e cada um publicou a seu modo. Os três concordaram que um deles havia perguntado a Juliano se ele tinha algum vício, mas cada um teria ouvido uma resposta diferente. Nelito Fernandes não entendeu direito a resposta, que teria sido: “Nunca fiz isso. Eu não cheiro, não fumo não bebo, só fumo o mato certo”, uma forma de admitir que era usuário de maconha. Na dúvida, Nelito optou pela prudência: não reproduziu a frase na entrevista, atitude que o levou a ser cobrado na redação por ter sido furado pelos concorrentes.

Em O Dia, Silvio Barsetti reproduziu a resposta com final diferente, mudando completamente o significado: “Nunca fiz isso. Eu não cheiro, não fumo, não bebo. Só mato o certo.” Ele disse que também teve dúvidas e que acha que Juliano pode ter dito uma das três seguintes frases: “Eu queimo o mato certo.” “Eu queimo e mato certo.” e “Eu mato certo”. Optou pela última, alegando que era coerente com a ameaça feita por Juliano depois do fim da entrevista.

– Se no final ele fala que “Se vocês não cumprirem o acordo eu mando buscar vocês” é porque ele mata certo. Ele vai buscar a gente para conversar? Então acho que esse final ratifica a dúvida do meio da entrevista. Marcelo Moreira escreveu no Jornal do Brasil uma forma ainda mais alterada da frase atribuída a Juliano: “Eu não bebo, não fumo e não cheiro. Meu único vício é matar, mas só mato quem merece morrer”.

Anos depois Moreira admitiu ter feito uma interpretação errada da frase. Atribuiu o erro ao clima de tensão em que foi feita a entrevista. Segundo ele, não dava para pedir que repetisse uma frase mal ouvida. Ele acha que também pode ter sido influenciado pelo depoimento que ouviu na favela de um bêbado que teria matado uma mulher a mando de Juliano.

– A gente não quis exagerar em nada, não teve leviandade nenhuma, sabe por quê? Não precisava ele falar. Eu já sabia que ele era violento. Só que naquele momento eu acho que ele não falou isso.<sup>22</sup>

Esse caso rende, sem dúvida, muitas horas de análises sociológicas e muitos debates sobre a questão da violência urbana no Brasil que se intensificou exponencialmente no final do século XX. Rende também um bom estudo sobre o papel da imprensa e como ela enxerga essas questões, influenciando, portanto, a opinião de quem não tem um contato direto com a realidade vivida por essas pessoas.

Mas aqui pretendo me concentrar na questão ética do assunto. É certo que a sociedade tem o direito de obter informações de qualidade, que é função do jornalista, também, proporcionar isso. Mesmo assim, a postura dos três profissionais de enganar o traficante foi ética? O direito de a sociedade saber como e o que pensam os chefes do tráfico de drogas justifica a atitude? Para mim, não. Por dois motivos.

Primeiro porque a mesma entrevista rendeu respostas diferentes. O que gerou precedentes para que houvesse desconfiança com relação à veracidade das respostas. Os jornalistas contaram a Caco Barcellos que, na época, ficaram com receio de ligar o gravador de voz para não prejudicar a fluência da entrevista, e isso fez com que eles tivessem que lembrar de cabeça as falas do entrevistado. Quando não lembravam o que Juliano VP disse, acabavam deduzindo, pelo contexto da situação, o que ele “deveria ter falado”. O problema é que as deduções nem sempre tinham relação com o que foi dito pelo traficante.

O outro motivo pelo qual discordo da postura dos três profissionais diz respeito à quebra do sigilo da fonte. O entrevistado, após relutar em falar e ser pressionado pelos jornalistas, pediu para não ter seu nome identificado. Porém, não só seu nome foi publicado, mas também sua imagem. Se uma situação parecida acontecesse com um político de renome, por exemplo, acredito que os jornalistas

---

<sup>22</sup> BARCELLOS, Caco. *Op. cit.* p. 350.

tomariam uma atitude completamente diferente. É certo que a responsabilidade da decisão não deve cair somente sobre os três repórteres, pois eles também foram pressionados por seus editores, que afirmavam que sem identificação da fonte a matéria não sairia. O medo de ser furado<sup>23</sup> pelos outros jornais também pesou na decisão.

Mesmo assim, a condição social de uma fonte não deve influenciar a postura ética do jornalista. O fato de o entrevistado ser um bandido, e, portanto, representar uma ameaça às classes sociais mais elevadas – público-alvo dos jornais – não dá aos jornalistas o direito de quebrar paradigmas éticos. O julgamento não é função do jornalista – mesmo que alguns comentaristas pensem ter esse poder. E o que se observa nesse caso é que a condição social do entrevistado, somada ao clima de polêmicas com relação ao tráfico de drogas e violência urbana na época, deu respaldo à decisão. As pessoas que autorizaram a publicação das matérias tinham conhecimento do tamanho da irritação que isso causaria aos governantes, e, obviamente, ao entrevistado, seus comandados e vizinhos além, é lógico, aos repórteres que traíram a confiança do traficante.

Como não poderia deixar de ser, os jornalistas sofreram ameaças contínuas dos traficantes. Um deles, com medo da retaliação, abandonou o jornal onde trabalhava e foi morar em outro estado. A falência da quadrilha, que teve início com o episódio dessa entrevista de Juliano VP, contribuiu para que o desejo de vingança da quadrilha não fosse concretizado. Mas, mesmo assim, os três repórteres tiveram a rotina de suas vidas totalmente alteradas, tendo que tomar diversos cuidados com segurança pessoal.

O caso serve de alerta aos jornalistas e aos que querem seguir a profissão. A honestidade e a responsabilidade na hora da apuração dos fatos é a melhor defesa para o profissional; é a melhor forma de ele manter a credibilidade com suas fontes, com seus leitores e com

---

<sup>23</sup> “Dar um furo” significa divulgar uma informação ou notícia importante que os outros veículos não publicaram, ter a exclusividade sobre um fato de relevância pública.

seus padrões. É a melhor forma de ele exercer a profissão com estabilidade profissional e com segurança.

## BIBLIOGRAFIA

BARCELLOS, Caco. *Abusado: O dono do Morro Dona Marta*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CÓDIGO DE ÉTICA DO JORNALISTA BRASILEIRO. Disponível em <[www.fenaj.org.br](http://www.fenaj.org.br)>. Acessado em 1 dez 2006.

DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. *A aventura da reportagem*. São Paulo: Summus, 1990.

LAGE, Nilson. *Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria*. Disponível em [http://www2.lael.pucsp.br/~tony/cursos/cev/bibl/lage\\_nd\\_reporter\\_fontes.doc](http://www2.lael.pucsp.br/~tony/cursos/cev/bibl/lage_nd_reporter_fontes.doc). Acessado em 12 jan. 2007.

*Manual de redação: Folha de São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2005.

*Manual of Style and Usage: The New York Times*. New York: Quadrangle/New York Times Book Co. 1976.

MARTINS, Eduardo. *Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

PINHO, Rodrigo César Rebello. Monopólios e informação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 abr. 1995.

SOBREIRA, Geraldo. *Manual da Fonte – Como lidar com os jornalistas*. São Paulo: Geração Editorial, 1993.